

A GÊNESE DA ESCOLA DE APREDIZES ARTÍFICES DE MATO GROSSO

Nádia Cuiabano Kunze, Pedagoga MSc. CEFETMT

RESUMO

Este estudo que se refere à gênese da Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso objetiva compreender o processo de sua criação e implantação entre os anos de 1909 e 1910. Para tanto, foram consultadas fontes documentais (legislação, regulamento, editais, relatórios, correspondências, notícias de jornais, elementos iconográficos e registros em geral) e bibliográficas localizadas em arquivos e bibliotecas. A análise partiu da consideração de que a instituição esteve integrada a um sistema educativo e envolvida no quadro de evolução de determinada comunidade, região; de que foi local de projetos arquitetados e fomentados a partir de aspectos culturais contextuais e próprios. Desse modo, verificou-se que sua origem resultou de um projeto nacional de educação profissional e sua instalação ocorreu precariamente devido às insuficiências de ordem pedagógica, material e financeira dos governos federal e local; mesmo assim a Escola dinamizou as relações educacionais, sociais e econômicas da cidade ao oportunizar a instrução profissional e as atividades de produção de artefatos aos alunos.

Palavras-chave: escola de aprendizes artífices, história das instituições educativas, história da educação profissional.

INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se ao entendimento dos mecanismos de criação e implantação da Escola de Aprendizes Artífices de Mato, entre os anos de 1909 e 1910, que foi o embrião do atual Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso. Está orientado pelos fundamentos teórico-metodológicos da História das Instituições Educativas que possibilitam uma diligência mais pormenorizada dos espaços sociais que se destinam aos processos de ensino - aprendizagem.

Essa abordagem de investigação histórica tem possibilitado a apreensão das especificidades e singularidades da EAAMT vendo-a enquanto um organismo que esteve em construção, organização, detentor de identidade e cultura escolar¹, abrangendo um ideário e diversas práticas conforme seus fins e conteúdos, porém, inserido num contexto histórico com o qual desenvolveu uma relação apropriada aos seus condicionalismos e às suas circunstâncias. Entende-se que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999, p.64).

O esforço para revelar a identidade histórica dessa escola não se limita, então, na descrição dos seus regulamentos, princípios orientadores, objetivos, conteúdos programáticos, períodos, enfim, seus elementos de composição e sua cronologia como se fossem uma realidade estática que esteve descolada do ambiente exterior.

Segundo Magalhães (1998), as instituições educativas são:

¹ Entendida como “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas às finalidades que podem variar segundo as épocas [...]” (JULIA, 2001, p. 10).

“[...] uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados entretecendo e projectando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. [...] são projectos arquitectados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (p. 61-62).

Nesse sentido, a EAAMT foi um organismo vivo e dinâmico, a qual configurou uma cultura escolar que se ampliou, se adaptou, se recriou e se tornou complexa conforme as formas de pensar e agir, da época e do local, dos diversos atores que dela participaram e que lhe conferiram uma identidade institucional.

Com esse entendimento, a reflexão sobre a implantação dessa escola provém de um olhar mais sensível a essa especificidade, considerado um momento da sua dinâmica, sem cair numa particularização que possa causar uma visão limitada diante dos elementos mais conjunturais que também compuseram esse processo. A preocupação está em conhecer a complexidade desse momento e a relação estabelecida com o contexto mais amplo.

Há de se considerar ainda que, no desenvolvimento desse percurso investigativo, a utilização das fontes históricas, principalmente das primárias, teve importância essencial para uma aproximação com a dinâmica histórica do objeto em exame, pois, ao serem questionadas frente ao contexto em que foram produzidas, proporcionaram a obtenção de informações esclarecedoras, ultrapassando assim o caráter meramente descritivo.

Cabe ressaltar que a procura por esses elementos² não se limitou às instâncias externas³. O arquivo do CEFETMT também foi consultado atentamente por se compreender que “[...] as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias [...]” (GATTI JUNIOR, 2002, p. 4).

PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA EAAMT (1909-1910)

Num período em que o Brasil estava em reordenação política devido à instauração da República, o governo central, imbuído dos princípios liberais e positivistas, visava a estabelecer medidas que contribuíssem para a consolidação e prosperidade do novo regime instituído e uma delas seria o aprimoramento da educação:

1890 - Mensagem apresentada ao Congresso Nacional [...] cumpre-nos voltar vistas solícitas e patrióticas para a conquista realizada, para a obra que, embora finda, há de ir recebendo [...] com o conhecimento exato das circunstâncias e das necessidades reais do País, com o aperfeiçoamento da educação popular e política das classes e dos partidos, com as expansões que forem tendo as nossas riquezas, as nossas indústrias os retoques e as reformas indispensáveis à sua consolidação. Até ontem, a nossa missão era fundar a república; hoje o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conserva-la e engrandece-la (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 15).

Ao lado dos seus ideais de governabilidade democrática, descentralização política, industrialização e outros, a educação deveria receber maiores cuidados, porque era entendida como

² Legislação, mensagens, relatórios, correspondências, editais, regulamentos, registros, elementos iconográficos, jornais, revistas e boletins.

³ Biblioteca Nacional, Museu da Imprensa Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Público/MT, Arquivo da Casa Barão de Melgaço, Hemeroteca da UFMT, Instituto Histórico Geográfico/MT, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/MT, Site do Center for Research Libraries/Chicago/USA.

uma das ações necessárias para o encaminhamento da evolução do país que se reestruturava e cada vez mais se modernizava e urbanizava:

1905 - Mensagem apresentada ao Congresso Nacional [...]. A instrução pública em todas as suas diferentes fases continua a reclamar vossa atenção esclarecida. É um serviço que interessa vivamente ao progresso do país [...] (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 36).

Simultaneamente, emergia a idéia de oferecer ao povo que começava a se aglutinar nas cidades um ofício, uma profissão por meio da educação profissional elementar, para que fossem gerados maiores incentivos ao trabalho e mãos-de-obra para as indústrias que começavam a surgir no país⁴, devido às mudanças que vinham ocorrendo na economia agrário-exportadora.

Constitucionalmente, esse modelo de educação não estava sob a responsabilidade da administração central republicana, mas seus propósitos eram veiculados nas suas plataformas de governo desde os seus primeiros tempos de organização:

1892 - Mensagem apresentada ao Congresso Nacional [...]. O desenvolvimento da indústria acentua a necessidade de prover com máxima brevidade, e eficazmente, ao ensino profissional, tão descuidado entre nós (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 19).

Em épocas posteriores foram expostos com mais ênfase:

1906 - Mensagem apresentada ao Congresso Nacional [...]. Devemos cuidar com especial atenção do ensino profissional e técnico, tão necessário ao progresso da lavoura, do comércio, indústrias e artes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 40).

Segundo Fonseca (1961), foram a Proposição 195 da Câmara dos Deputados e o Projeto do Congresso de Instrução que, ao sugerirem entendimentos entre o governo federal e os estaduais para a instalação de estabelecimentos de ensino profissional nos estados e na capital do país, inspiraram o primeiro a organizar um sistema de educação profissional em parceria, para não agir inconstitucionalmente.

Examinado o trecho do Manifesto Inaugural do Presidente da República em 1906, essa afirmativa procede:

A reunião, na Capital da República, de um Congresso de Instrução, em que ilustres e competentes cidadãos têm discutido as questões mais elevadas e práticas do ensino, é fato animador e que demonstra quanto a opinião se preocupa com este interessante objeto. A manifestação de opiniões autorizadas na indicação de reformas proveitosas, é de inestimável valor para guiar o poder público (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1987, p. 39).

⁴ Segundo Cunha (2000), em 1907 o Brasil já contava com 3.258 indústrias concentradas na capital federal e nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Concitando ou não, o fato é que em 23 de setembro de 1909 o governo central expediu o Decreto nº. 7.566, criando uma escola de aprendizes artífices⁵ em cada capital do país, sob as seguintes justificativas:

[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação: [...] (BRASIL, 1913, p. 445).

Analisando essas justificativas, entende-se que o governo central, sob a bandeira de atendimento ou assistencialismo⁶, intentava ministrar o ensino profissional elementar a determinada clientela que considerava ser desdita da riqueza. Ou seja, os “filhos desamparados da nação”⁷ que, por essa condição, estavam à margem da sociedade, “sem horizontes”, desvinculada dos setores produtivos, engrossando um grupo urbano periférico que precisaria ser atendido, educado e profissionalizado, para se transformar em obreiro da nação, em operariado útil. Essa meta era vista, ainda, como propícia à obstrução de qualquer proliferação de idéias contrárias ao novo regime de governo e à manutenção da ordem social.

À União coube, então, instalar as escolas em edifícios próprios existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros cedidos pelos governos locais, com até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que fossem mais convenientes e necessárias nas localidades em que foram implantadas, em consonância com suas especialidades industriais.

Como em Mato Grosso o governo federal não dispunha, na sua capital, de edifício de sua propriedade no qual pudesse instalar a EAAMT, a administração estadual precisou disponibilizar um local. Prontamente foi cedida uma chácara residencial de 13.780 m² localizada próximo ao núcleo da cidade, composta por uma casa com vários cômodos pequenos e uma vasta área livre. Porém, essas instalações não apresentavam condições suficientes para abrigar a instituição, especialmente, as oficinas que necessitariam de amplos espaços.

Quanto à definição da instalação da oficina de alfaiataria, carpintaria, ferraria e sapataria na escola, os governos não consideraram as especificidades da atividade industrial⁸ existente no estado, que contava, à época, com a expansão da agroindústria canavieira, fábricas de charque, caldo de carne, cerveja, sabão, licores caseiros, tecidos de redes, cerâmica para louças, telhas e tijolos, cal, serrarias e estaleiros. Priorizou-se o atendimento do mercado interno, julgando, possivelmente, que o processo de urbanização, modernização e o comércio em aceleração na capital do estado⁹ demandavam serviços e produtos manufatureiros referentes àqueles tipos de ofícios.

⁵ Subordinada ao MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio visto que este tinha como atribuições os assuntos relacionados aos estudos e serviços do setor produtivo e do comércio, ao desenvolvimento dos diversos ramos da indústria, ao ensino agrícola, escolas veterinárias, escolas de minas e ensino profissional.

⁶ Entendido como um sistema ou prática que se baseia no aliciamento político das classes menos privilegiadas através de uma encenação de assistência social a elas.

⁷ Ex-escravos, mendigos, desempregados, desocupados, órfãos, viciados que se avolumavam com o crescimento das cidades.

⁸ Segundo Borges (2001), essa atividade foi insignificante na economia mato-grossense que se baseou, no período de 1890 a 1930, no extrativismo e exportação de produtos naturais como a ipecacuanha, a erva-mate e a borracha e depois na atividade pecuarista com a produção de gado em pé, charque e derivados. A atividade agrícola de subsistência voltada ao mercado interno, também, não teve expressão econômica.

⁹ Conforme Siqueira (2002), a partir do final do século XIX, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai via estuário do rio da Prata o estado interligou-se ao comércio nacional e internacional, a população aumentou e a modernização adentrou no território trazendo avanços que o mundo europeu já conhecia há mais de um século.

Para o cargo de diretor da EAAMT, o governo local recomendou o nome do bacharel João Pedro Gardés¹⁰, homem atuante nos campos educacional e político local. Atendida a indicação, o presidente da república nomeou o bacharel acima citado em 18/11/1909 cuja posse ocorreu em 29/11/1909, na Secretaria da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal em Mato Grosso, órgão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do erário da União no estado e pelo qual a escola iria gerenciar seus recursos financeiros.

Após essas medidas preliminares, as duas instâncias governamentais e mais o diretor empossado despenderam esforços para que a EAAMT fosse instalada com a maior brevidade possível, conforme esclarece esta matéria de um jornal local:

[...] Correspondendo aos insistentes desejos do Sr. Ministro está o novo funcionário desenvolvendo toda atividade a fim de realizar no dia 1º de janeiro próximo vindouro a inauguração da referida Escola. [...] Para isso estão já orçadas em 4:900\$000 as obras de adaptação do prédio destinado ao fim de que nos ocupamos, devendo ser iniciadas e concluídas em poucos dias. Além do prédio concorre o Estado com a mobília e o material escolar necessário a duas aulas de instrução primária, correndo por conta da União as despesas com a instalação das oficinas [...] (ESCOLA..., 1909a, p. 3).

Ao oferecer auxílio além do previsto na regulamentação, o governo local demonstrou estar empenhado nesse empreendimento educacional ao considerar que, para o estado, essa instituição estaria:

[...] destinada a prestar os maiores benefícios à infância desprotegida ministrando-lhe instrução, ao mesmo tempo que o conhecimento dos ofícios mais necessários e mais comuns ao provimento da subsistência dos operários e ao desenvolvimento das artes e ofícios (MATO GROSSO, 1910, p. 8).

Como a manutenção da rede de escolas ficou sob a responsabilidade do MAIC, foi aberto, nessa pasta pelo Decreto nº 7.648, de 11/11/1909, um crédito especial de 316:000\$000 destinado às despesas com pessoal e instalação das escolas (BRASIL, 1913, p. 707).

Os critérios de distribuição desse recurso financeiro por localidade e o valor correspondente a cada instituição não foram especificados. Porém, à EAAMT coube o valor de 35:800\$000, segundo as informações deste texto jornalístico:

[...] Além do crédito de 15:800\$000, para as despesas de instalação, o Ex.^{mo} Sr. Ministro da Agricultura acaba de comunicar ao Diretor da escola que mandou pôr a sua disposição, na Delegacia Fiscal do Tesouro nesta capital, mais a importância de 20:000\$000, para ocorrer ao pagamento dos funcionários do aludido estabelecimento, durante o exercício vindouro (ESCOLA..., 1909b, p.4).

Esse valor representou a porcentagem de 11,32% daquele crédito especial destinado à rede composta, à época, por mais 18 estabelecimentos. Ponderando a relação entre esse número de escolas, o crédito especial e o valor reservado à EAAMT, é possível detectar que esta não recebeu uma quantia irrisória e nem injusta frente às demais.

¹⁰ De origem francesa, chegou a Mato Grosso no período imperial e foi um dos constituintes de 1891. Nomeado pelo presidente da província, em 02/09/1879, para o cargo vitalício de Lente de Grego passou a compor o quadro de pessoal docente do Liceu Cuiabano, primeiro estabelecimento de ensino público secundário do estado (SIQUEIRA, 2000).

Ciente dos recursos previstos para os procedimentos de instalação da EAAMT, o diretor deu continuidade às ações de reformas e adaptações do prédio e tratou de organizar o quadro de funcionários.

Pelo decreto de criação, coube ao diretor a função de indicar um escriturário e um porteiro-contínuo que seriam nomeados por portaria ministerial e contratar mestres de oficinas, por um período de até quatro anos, para ministrarem o ensino de ofícios e, sob a responsabilidade destes, ficariam as aulas dos cursos noturnos primário e de desenho.

O quadro de servidores da EAAMT já estava formado quando o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Antonio Cândido Rodrigues, apresentou ao Presidente da República os seguintes motivos para efetuar reformas nessa área:

A simpatia que despertou por toda parte a medida constante do decreto n. 7.566, de 23 de setembro último, criando nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, autoriza prever que esses estabelecimentos de ensino profissional poderão contar desde a sua instalação com elevada frequência de alunos. [...] Esta circunstância [...] leva-me a propor a V. Ex^a. algumas modificações no referido decreto. A primeira consiste na criação dos lugares de professores para os cursos noturnos primários e aulas de desenho anexos às Escolas de Aprendizes Artífices, aliviando-se assim os respectivos diretores da obrigação de lecionarem, o que viria a sobrecarregar-los excessivamente, com prejuízo da melhor direção dos estabelecimentos [...] (BRASIL, 1913, p. 708).

O poder central, ao acreditar que essas escolas seriam para muitos “carentes” o meio pelo qual iriam adquirir instrução e uma profissão que lhes possibilitariam melhores oportunidades e condições de vida, previa que a procura por essas instituições de ensino seria grande.

Nesse caso, surgiu a crença de que num estabelecimento com numerosa quantidade de alunos não seria viável, para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas, que o diretor acumulasse mais a função de docente.

Consideradas apropriadas às justificativas apresentadas, foi expedido o Decreto nº 7.649 em 11/11/1909 que, entre outras decisões, criou os cargos de professor do curso primário e de desenho nas escolas de aprendizes artífices. Seguindo essa deliberação superior, o diretor da EAAMT providenciou a indicação de mais dois nomes para os novos cargos e, finalmente, o quadro de funcionários da escola foi definido.

Na legislação não foram definidos os requisitos necessários para o exercício dos cargos, com exceção do cargo de professor do curso primário o qual deveria ser preenchido por normalista, e do curso de desenho, por professor especialista nessa disciplina.

Como Mato Grosso apresentava um número reduzido de normalistas atuando no ensino local, pessoas que possuíam a instrução elementar é que ministravam aulas nos cursos primários da maioria das escolas:

Na carência quase absoluta de professores competentes e que tenham a nítida compreensão de seus deveres, estão essas escolas, principalmente no interior, em geral, entregues a pessoas cuja capacidade intelectual se encerra nos estreitos limites de uma instrução rudimentar mal assimilada e por isso mesmo sem nenhuma orientação pedagógica (MATO GROSSO, 1912, p. 28).

Neste contexto, o preenchimento dos cargos de professores dos cursos primário e de desenho da EAAMT não contou com candidatos com os requisitos exigidos na legislação. A professora que assumiu as aulas do curso primário não era normalista, possuía somente a instrução

primária complementar, e o professor que assumiu as aulas do curso de desenho acabara de concluir o curso secundário de Ciências e Letras no Liceu Cuiabano.

Nome	Cargo	Vinculação	Posse em
1. João Pedro Gardés	Diretor	Nomeação por Portaria Ministerial de 18/11/1909	29/11/1909
2. Carlos Luiz de Mattos	Escriturário	Nomeação por Portaria Ministerial de 14/12/1909	27/12/1909
3. Augusto Nunes Sardemberg	Porteiro-contínuo	Nomeação por Portaria Ministerial de 14/12/1909	27/12/1909
4. Manoel Rodrigues de Carvalho	Mestre da Oficina de Alfaiate	Contratação da Direção em 01/01/1910	01/01/1910
5. Clementino de Oliveira Cardoso	Mestre da Oficina de Carpinteiro	Contratação da Direção em 01/01/1910	01/01/1910
6. Pedro de Souza Aguiar	Mestre da Oficina de Sapateiro	Contratação da Direção em 01/01/1910	01/01/1910
7. José de Paula Corrêa da Costa	Mestre da Oficina de Ferreiro	Contratação da Direção em 01/01/1910	01/01/1910
8. Ana Isabel de Campos Barros	Professor do Curso Primário	Nomeação por Portaria Ministerial de 18/12/1909	24/01/1910
9. Antonio Alce Portela	Professor do Curso de Desenho	Nomeação por Portaria Ministerial de 06/01/1910	17/01/1910

Quadro 1. Relação dos funcionários da EAAMT (1910).

Nota: Elaborado conforme os registros contidos no Livro nº 1 de Assentamento de Pessoal e Registro das Nomeações da EAAMT.

Os mestres que compuseram o quadro funcional da EAAMT foram aqueles que praticavam seus ofícios nas oficinas da cidade e que já tinham tempo de experiência na sua profissão. Como se vê, tanto os mestres das oficinas quanto os outros dois professores não tinham formação específica para a prática do magistério e, no que referia à prática de ensino profissional, muito menos.

Na avaliação da imprensa mato-grossense que se dedicava à cobertura desse empreendimento educacional no estado, as indicações dos funcionários estavam sendo bem encaminhadas pelo o diretor que fazia “[...] todo o empenho em colocar somente pessoas habilitadas e de conduta reconhecidamente boa” (ESCOLA..., 1909a, p.3). Embora o administrador tenha se esforçado para atender ao mínimo que a norma previa para a composição do quadro docente da escola, a realidade não o permitiu.

Após a execução dessas primeiras metas, a direção, entendendo que a EAAMT já podia receber os requerimentos de matrícula dos interessados em nela se profissionalizar, publicou na imprensa o primeiro Edital de matrícula com a seguinte cláusula:

Os Srs. Pais, tutores e educadores de menores que desejarem matricular seus filhos, tutelados e educandos na Escola Federal de Artes e Ofícios, ultimamente criada pelo Ministério da Agricultura, e que funcionará desde princípio de janeiro de 1910, são convidados a apresentar suas petições no mais breve prazo possível, declarando a idade, naturalidade e sanidade dos matriculandos (ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES, 1909, p. 5).

Conforme decreto de criação, seriam admitidos, preferencialmente, os desfavorecidos da fortuna com idade entre 10 e 13 anos que não sofressem moléstia infecto-contagiosa e não tivessem defeitos físicos que os impossibilitassem ao aprendizado do ofício. A prova desses requisitos se faria por meio de atestado de autoridade competente e de pessoas idôneas, a juízo do diretor, que

poderia dispensá-la quando conhecesse pessoalmente as condições do requerente. A cada aluno seria facultada a aprendizagem de um só ofício, consultada a sua aptidão e inclinação.

Em relação a esses critérios, o edital não prestou as informações com total exatidão, deixando margem para que indivíduos, com ou sem posses, com ou sem vocação, porém motivados em adquirir instrução e qualquer profissão, apresentassem suas petições de matrícula, o que não seria difícil num estado em que o número de escolas era pequeno em relação ao número de alunos atendidos¹¹.

Apesar dessa ambigüidade, não se tem conhecimento de problemas com as petições de matrículas. Presume-se que as exigências foram cumpridas pelos requerentes ou que a direção da escola as tenha dispensado, conforme a prerrogativa que lhe coube.

Ao romper o ano de 1910:

Teve lugar no dia 1º de janeiro corrente, conforme determinação do Sr. Ministro da Agricultura, às nove horas da manhã, [...] a solene instalação da Escola de Aprendizes Artífices [...]. Ao ato que foi presidido pelo Ex.^{mo} Sr. Coronel Presidente do Estado esteve presente grande número de pessoas gradas da nossa sociedade, todo o pessoal da Escola e os quarenta e sete meninos já matriculados. (ESCOLA..., 1910, p. 4).

Essa inauguração foi um acontecimento prestigiado e bem aceito pela comunidade cuiabana, conforme avaliou a imprensa: “[...] nutrimos a mais viva convicção de que o novo departamento do Ministério da Agricultura será realmente, entre nós, de grandes e incontestáveis benefícios” (ESCOLA..., 1910, p.4).

Conseqüentemente, após esse momento, a EAAMT recebeu mais requerimentos de matrícula e, dois meses depois, as aulas iniciaram com um total de 87 alunos que foram distribuídos uns no curso primário, de desenho e profissional, outros no primário e profissional, outros no de desenho e profissional e a maioria somente no profissional, conforme possibilitava a legislação¹².

No percurso durante o primeiro ano de funcionamento, a EAAMT enfrentou sérios contratemplos. O horário das aulas do curso primário e de desenho estabelecido pela norma, das 17 às 20 horas, não se adequava às condições locais, pois Cuiabá não dispunha, ainda, de luz elétrica¹³ e isso comprometia o aprendizado e a frequência do alunado.

As oficinas não estavam devidamente aparelhadas e o diretor chegou a solicitar doações a outros órgãos, como se observa neste seu ofício:

Desejando que o Ex.^{mo} Sr. Ministro da Guerra mande fornecer à Escola de Aprendizes Artífices deste estado diversos objetos que existem nesse Arsenal inaproveitados e que são muito úteis para as oficinas desta Escola, peço-vos digneis informar se os objetos constantes da inclusa lista existem nesse Arsenal. Se são aproveitados aí e se podem ser cedidos sem lá fazerem falta (ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES, 1910-1914, f. 1v).

¹¹ Até o ano de 1909 havia em Mato Grosso 71 escolas em funcionamento com 3.545 alunos (MATO GROSSO, 1910).

¹² A matrícula no curso profissional era permitida em apenas uma oficina, era obrigatória no curso primário somente para quem não soubesse ler, escrever e contar e no de desenho para os que dele carecessem ao exercício satisfatório do ofício. Constata-se, assim, que não seria permitido às escolas oferecerem o ensino primário e de desenho independentes do profissional.

¹³ A iluminação pública em Cuiabá se fazia por lampiões a querosene e a luz elétrica só chegou à cidade em 1919 (SIQUEIRA, 2002).

Segundo as “Instruções”¹⁴ expedidas pelo MAIC, em 15/01/1910, o programa de ensino seria organizado pelo diretor de acordo com os professores do curso primário, de desenho e os mestres das oficinas (BRASIL, 1913, p. 1225-1232). Como não receberam orientações relativas ao ensino profissional, os funcionários leigos no assunto certamente sentiram dificuldades para elaborá-lo.

Além dessas dificuldades, em correspondência com órgão superior, o diretor cientificou-se de que o recurso financeiro, para manutenção da EAAMT, não estava disponibilizado pela União:

Acuso o recebimento do vosso ofício nº. 38 de 19 do corrente, pelo qual dignastes comunicar-me não poder ser ordenado o adiantamento da quantia de 100\$000 [...] para ocorrer com as despesas miúdas [...] por não ter sido distribuído crédito a essa Delegacia Fiscal para o custeio deste estabelecimento em 1910 (ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES, 1910-1914, f. 4).

Apesar dessas incertezas, as obras no prédio continuaram¹⁵ e a direção resolveu implantar a oficina de seleiro, por um período experimental de seis meses, contratando como mestre o Sr. Francisco Araújo Ferreira, em 30/06/1910, embora não tenha conhecimento do motivo gerador dessa decisão. Certamente, existiam interessados ou o estado estivesse demandando serviços e produtos desse ofício para a equipação dos animais utilizados nas suas atividades agrícolas e pecuárias e nos veículos de transporte e de trabalho de que dispunha.

Ao findarem as aulas do primeiro ano letivo, o diretor efetivou o processo de avaliação do aprendizado. Seguindo as “Instruções”, foram organizadas bancas examinadoras para cada curso compostas por normalistas, mestres de ofício e políticos de Cuiabá, para avaliarem os alunos por meio de exame escrito, teórico e prático. A cada professor e mestre de oficina, coube a apresentação de uma relação contendo apreciação do comportamento, aplicação e aproveitamento dos alunos.

Por falta de dados, não se sabe o número de alunos avaliados e nem o resultado da avaliação. Todavia, comparando o número de alunos matriculados (87) nesse primeiro ano com o número desses alunos (37) que se matricularam no 2º ano, em 1911, depreende-se que houve muitas reprovações e/ou evasões e que somente 42,53% deram continuidade nos cursos. Possivelmente, os óbices enfrentados pela EAAMT também contribuíram para tal situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e a implantação de uma escola de aprendizes artífices no Estado de Mato Grosso, assim como nos outros estados, significaram a operacionalização de uma das metas do projeto nacional de educação profissional concebido pelo governo republicano federal e absorvido pelo estadual, para gerar dispositivos às questões de ordem educacional, econômica, social e política que fervilhavam no país no período de estruturação do regime republicano.

A sociedade mato-grossense considerou que foi uma decisão acertada do poder central, porque estaria prestando benefícios ao crescimento e progresso do estado ao oferecer oportunidade de aquisição de instrução primária e de profissão aos carentes, mais vagas escolares, oportunidade de trabalho ao serem preenchidos os cargos funcionais, mecanismos para a produção de artefatos passíveis de comercialização e geração de renda, entre outras.

¹⁴ Podem ser consideradas como o 1º Regulamento dessas escolas por apresentarem em seus artigos as disposições regulamentares.

¹⁵ Conforme informações contidas no Livro de Registro de Correspondências (1910-1914) da EAAMT as despesas de manutenção acabaram sendo pagas com créditos especiais do MAIC.

As expectativas e os impulsos lançados à implantação da EAAMT não foram poucos. Mas, devido às insuficiências pedagógicas e financeiras das instâncias governamentais responsáveis, esse processo ocorreu precariamente e, na medida do possível, a escola desencadeou as suas atividades institucionais com o intuito de superar os obstáculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870 a 190.** São Paulo: Scortecci, 2001.

BRASIL. Governo Federal. **Colleção de leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1909.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913. 2 v.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

ESCOLA Artífices. **Gazeta Oficial**, Cuiabá, 4 jan. 1910. Nº 3054, p. 4.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES. (Mato Grosso). Edital. **Gazeta Oficial**, Cuiabá, 18 dez. 1909. Nº 3047, p. 5.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES. (Mato Grosso). **Livro nº 1 de assentamento de pessoal e registro das nomeações.** Cuiabá, 1922-1932. 100 p.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES. (Mato Grosso). **Livro de Correspondências.** Cuiabá, 1910-1914. 73 f.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. **Gazeta Oficial**, Cuiabá, 30 nov. 1909a. Nº 3039, p. 3.

ESCOLA de Artes e Ofícios. **Gazeta Oficial**, Cuiabá, 18 dez. 1909b. Nº 3047, p. 4.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Técnica Nacional, 1961. 2 v.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: _____; ARAÚJO, José Carlos Souza. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** São Paulo: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-24.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. (Brasil). **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986).** Brasília, 1987. 2 v.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Tradução de: Gizele de Souza.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: CATANI, Denise Bárbara (Org.); SOUSA, Cynthia Pereira de. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: Escrituras, 1998. p. 51-69.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: _____.; FERNANDES, Rogério. **Para a História do Ensino Liceal em Portugal**. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga/Portugal: Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1999. p. 63-77.

MATO GROSSO. (Estado). Governo. Instrução Pública. In: _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa**. Cuiabá: Typographia Official, 1910. p. 7-9. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u462/000010.html>>. Acesso em: 17 mar. 2003.

MATO GROSSO. (Estado). Governo. Instrução Pública. In: _____. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa**. Cuiabá: Typographia Official, 1912. p. 25-32. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u464/000025.html>>. Acesso em: 17 mar. 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: INEP; COMPED; EdUFMT, 2000.

_____. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.